



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO CRIMINAL CONTRA O PRESIDENTE DA REPUBLICA

Nº 1, DE 2017

Denúncia por crime comum em desfavor do
Presidente da República, Sr. MICHEL
MIGUEL ELIAS TEMER LULIA e do Sr.
RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES.

Autor: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relator: Deputado SERGIO ZVEITER

I- RELATÓRIO

O presente procedimento teve origem em ofício recebido pelo Excelentíssimo Senhor Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, baseado em despacho da Excelentíssima Senhora Carmem Lucia, Presidente do Supremo Tribunal Federal, cujo teor transcreve-se:

“Considerando o art. 86 da Constituição da República, segundo o qual “admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.”;



Considerando a decisão do Ministro Edson Fachin, no sentido de “determinar a remessa à Presidente do Supremo Tribunal Federal, a fim de que a Excelentíssima Senhora Presidente deste Tribunal, Ministra Carmem Lúcia, se digne promover o encaminhamento institucional da denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da República às fls. 1658-1717, com a cópia digital integral dos autos, À Presidência da Câmara dos Deputados, para os fins do disposto no art. 51, I e art. 86 da Constituição da República Federativa do Brasil...”;

Com base no inc. II do art. 13 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, encaminho ao Excelentíssimo Senhor Rodrigo Maia, digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados, o Inquérito n. 4517, nos termos da legislação vigente, para os fins de direito.”

I.1- DA TRAMITAÇÃO

O envio à Câmara dos Deputados, fundado no art. 13, II do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, atende ao decidido pelo relator do feito naquela Corte, Ministro Edson Fachin, que determinou “a remessa à Presidência do Supremo Tribunal Federal, a fim de que a Excelentíssima Senhora Presidente deste Tribunal, Ministra Carmen Lúcia, se digne promover o encaminhamento institucional da denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da República às fls. 1658-1717, com cópia digital integral dos autos, à Presidência da Câmara dos Deputados, para os fins do disposto no art. 51, I e art. 86 da Constituição da República Federativa do Brasil” (fl. 17).

O referido Inquérito foi recebido nesta Casa em 29 de junho de 2017, pela Secretaria-Geral da Mesa (fl. 01). Em cumprimento ao disposto no art. 217 do Regimento Interno, na mesma data o expediente foi despachado a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Nos termos do art. 217, I do Regimento Interno, o acusado manifestou-se perante esta Comissão em 5 de julho do corrente ano, apresentando defesa, por intermédio de advogado constituído.

I.2- DA DENÚNCIA

A denúncia em análise, subscrita pelo Procurador-Geral da República, acha-se estruturada em cinco itens, assim denominados: 1) síntese das imputações (fls. 21-22); 2) introdução (fls. 22-26); 3) da especificação das condutas (fls. 26-76); 4) adequação típica das condutas narradas (fls. 76-77); e 5) requerimentos (fls. 77-78).

Os fatos narrados e as respectivas condutas imputadas aos denunciados são sintetizados pelo Procurador-Geral da República, para quem, “entre os meses de março e abril de 2017, no Distrito Federal e em São Paulo, com vontade livre e consciente, o Presidente da República, MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, recebeu para si, em razão de sua função, em comunhão de ações, unidades de desígnios e por intermédio de RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, vantagem indevida de cerca R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ofertada por JOESLEY MENDONÇA BATISTA, proprietário do Grupo J&F, tendo sido a entrega dos valores realizada por RICARDO SAUD, executivo do grupo empresarial” (fl. 21).

Segundo alega o Procurador-Geral da República, “o montante espúrio de R\$ 500.000,00, recebido por RODRIGO LOURES para MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, foi viabilizado e repassado, após aceitação, pelo próprio RODRIGO LOURES, com vontade livre e consciente, unidade de desígnios e comunhão de ações com MICHEL TEMER, de uma oferta de valores que



poderiam chegar ao patamar de R\$ 38 milhões ao longo de aproximadamente 9 (nove) meses, prometido por JOESLEY BATISTA, por intermédio de RICARDO SAUD. Agindo assim, os denunciados MICHEL MIGUEL TEMER LULIA e RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES praticaram, em concurso, o crime de corrupção passiva (CP, art. 317, caput, c/c art. 29) ” (fls. 21-22).

A peça central da acusação consiste em provas fornecidas por Joesley Mendonça Batista, “ex-presidente da sociedade empresária J&F Investimentos S.A., que, de maneira voluntária, dispôs-se a narrar fatos ilícitos, a apresentar documentos referentes a diversos crimes praticados no contexto da chamada ‘Operação Lava Jato’, além de outros, muitos envolvendo pessoas detentoras de foro por prerrogativa de função, bem como a disponibilizar outros meios de prova coligidos em passado recente” (fl. 22).

No que se refere à especificação das condutas, a denúncia as descreve subdividindo a narrativa em cinco itens. Primeiramente, aborda-se o encontro no Palácio do Jaburu e aponta-se o início das tratativas delituosas (fls. 26-31). Segundo o texto, o Presidente Temer teria se encontrado em 07/03/2017, “por volta das 22h40min, cumprindo o roteiro previamente estabelecido em comum acordo com RODRIGO LOURES, o presidente MICHEL TEMER recebeu JOESLEY BATISTA, no Palácio do Jaburu, atual residência oficial do Presidente da República. Ao todo, conversaram por cerca de 38 minutos” (fl. 27). Na ocasião, teria ficado acertado que o acusado Rodrigo Santos da Rocha Loures seria o interlocutor entre o Presidente Michel Temer e Joesley Batista para tratar de assuntos de seu interesse e do grupo J&F.

Em segundo lugar, abordam-se os diálogos entre Rodrigo Loures e Joesley Batista para tratar de vantagens indevidas (fls. 31-41). Segundo o texto, “após conversa com MICHEL TEMER e a orientação deste de que os interesses ilícitos de JOESLEY BATISTA perante o Governo Federal deveriam



ser tratados com RODRIGO LOURES”, Joesley Batista teve mais três encontros com o então Deputado Federal “para dar continuidade às tratativas entabuladas no Palácio do Jaburu” (fl. 32). Nessas ocasiões, teriam sido tratados “os principais interesses políticos e comerciais de JOESLEY BATISTA perante o Governo Federal” (fl. 33), que envolveriam intervenções junto ao CADE, à CVM, à Receita Federal, ao Banco Central, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Notadamente, teria havido uma intervenção junto ao CADE favorável à Empresa Produtora de Energia (EPE), controlada pelo Grupo J&F (fls. 35 e ss.). Para o Parquet federal, “RODRIGO LOURES, durante toda a empreitada criminosa, deixou claro e verbalizou que atuava em nome do Presidente MICHEL TEMER, com a ciência deste, inclusive trazendo informações atualizadas a respeito das posições de MICHEL TEMER acerca dos assuntos tratados, o que deixa claro que RODRIGO LODRES se reportava de maneira permanente a MICHEL TEMER sobre o andamento dos crimes perpetrados” (fl. 40).

Em terceiro lugar, aborda-se o encontro de Rodrigo Loures, agindo na qualidade de representante do Presidente Michel Temer, e Ricardo Saud, diretor de Relações Institucionais do Grupo J&F (fls. 41-47). Segundo a denúncia, “RICARDO SAUD e RODRIGO LOURES trataram também do tema relacionado à EPE de Cuiabá junto ao CADE e das repercussões financeiras ilícitas que importavam a RODRIGO LOURES e a MICHEL TEMER”, tendo sido detalhado o “esquema do pagamento da propina relacionado à resolução dos interesses de JOESLEY BATISTA junto às termoelétricas (EPE de Cuiabá)” (fl. 43). Rodrigo Loures, então, aceitou, como representante do Presidente Temer, “a forma de pagamento da vantagem da vantagem indevida” (fl. 44).

Em quarto lugar, aborda-se o recebimento da parcela da propina por Rodrigo Loures, como intermediário do Presidente Michel Temer (fls. 48-56). Segundo a denúncia, Ricardo Saud teria entregado a Rodrigo Loures no



estacionamento da Pizzaria Camelo, em São Paulo, uma mala preta com R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (fls. 53-55).

Em quinto lugar, abordam-se as conversas após a entrega da primeira parcela da propina (fl. 56-59). Para o *Parquet* federal, “a relação do colaborador JOESLEY BATISTA com RODRIGO LOURES continuou após a primeira entrega de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil), confirmando o teor das tratativas de que o pagamento indevido continuaria ocorrendo de modo permanente, reiterado e habitual e, ainda, que RODRIGO LOURES falava em nome de MICHEL TEMER” (fl. 57). Mensagens trocadas entre Batista e Loures, por meio do aplicativo *Confide*, demonstrariam “que os interlocutores estavam combinando um encontro entre ambos e MICHEL TEMER, cuja participação na reunião seria combinada com o ajudante de ordens (AJO) do Presidente da República. Esse encontro, segundo o colaborador, tinha a finalidade de continuar dando sequência as tratativas ilícitas” (fl. 59).

Em sexto lugar, afirma-se a atuação coordenada entre Michel Temer e Rodrigo Loures (fls. 59-71). Segundo o Procurador-Geral da República, os diversos episódios narrados na denúncia “apontam para o desdobramento criminoso desde o encontro entre MICHEL TEMER e JOESLEY BATISTA no Palácio do Jaburu no dia 07 de março de 2017 e que culminou com a primeira entrega de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), efetuada por RICARDO SAUD a RODRIGO LOURES, em 28 de abril de 2017” (fls. 59). Outrossim, segundo a denúncia, “RODRIGO LOURES representou os interesses de MICHEL TEMER em todas as ocasiões em que esteve com representantes do Grupo J&F. Por meio dele, MICHEL TEMER operacionalizou o recebimento de vantagens indevidas em troca de favores pelo uso da estrutura e órgãos do Estado” (fls. 61). O *Parquet* ressalta que “esse homem da ‘*mais estrita confiança*’ de MICHEL TEMER: 1) agendou o encontro entre MICHEL TEMER e JOESLEY BATISTA, no Palácio do Jaburu; 2) encontrou por três vezes com JOESLEY BATISTA a fim de ouvir os pleitos do empresário e envidar esforços para



atendê-los, falando sempre em nome de MICHEL TEMER; 3) encontrou com RICARDO SAUD a fim de discutir detalhes a respeito do pagamento da propina, deixando claro que submeteria as questões relativas à forma de pagamento ao Presidente; 4) recebeu, em nome de MICHEL TEMER, uma mala contendo R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) como pagamento por resolver pendência da J&F junto ao CADE e à PETROBRAS; 5) trocou mensagens de celular com JOESLEY BATISTA para acertar um encontro em Nova York, no qual estaria presente MICHEL TEMER, a fim de traçarem estratégias para que a J&F continuasse a se beneficiar da manobra envolvendo a questão do gás e, conseqüentemente, para que os pagamentos ilícitos permanecessem sendo efetuados por mais 25 ou 30 anos” (fl. 66).

A Procuradoria-Geral da República destaca que o áudio da conversa entre o Presidente Michel Temer e Joesley Batista é autêntico, já que “o Laudo nº 1103/2017INC/DITEC/PF esclarece os questionamentos das partes e não deixa margem a qualquer dúvida em relação à fidedignidade dos diálogos” (fl. 69).

Finalmente, abordam-se as relações entre o Grupo J&F e Michel Temer, que foram descritas pelos colaboradores Joesley Batista e Ricardo Saud (fls. 71-76). Este último “relata que a empresa J&F sempre manteve relações ilícitas com MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, tendo este atuado em favor dos interesses da J&F em diversos temas (...)” (fl. 72). De outra parte, “a relação ilícita entre o colaborador JOESLEY BATISTA e MICHEL TEMER é antiga, habitual e estável, estando longe, portanto, de uma relação episódica com uma ‘pessoa que se jacta de eventuais influências’” (fl. 74).

A denúncia passa então a qualificar as condutas incriminadas (fls. 76-77), afirmando que, “entre os meses de março a abril de 2017, com vontade livre e consciente, o Presidente da República MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER



LULIA, valendo-se de sua condição de chefe do Poder Executivo e liderança política nacional, recebeu para si, em unidade de desígnios e por intermédio de RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, vantagem indevida de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ofertada por JOESLEY MENDONÇA BATISTA, presidente da sociedade empresária J&F Investimentos S.A., cujo pagamento foi realizado pelo executivo da J&F RICARDO SAUD” (fl. 76).

Ainda segundo a peça acusatória, “além do efetivo recebimento do montante espúrio mencionado, MICHEL TEMER aceitou, em unidade de desígnios e por intermédio de RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES a promessa de vantagem indevida no montante de R\$38 milhões. Tais condutas revelam o crime de corrupção passiva, praticado pelos denunciados, nos termos do CP, art. 317, *caput*, c/c art. 29” (fls. 76-77).

Concluindo, o Procurador-Geral da República requer ao Supremo Tribunal Federal, dentre outras providências, a condenação dos acusados às penas do art. 317 e 29 do Código Penal, bem como à reparação dos danos extrapatrimoniais causados por suas condutas, o perdimento dos valores ilícitos em favor da União e a decretação da perda da função pública (fls. 77-78).

I.3- DA DEFESA

A defesa apresentada pelo acusado responde aos argumentos aduzidos na denúncia de forma igualmente estruturada em itens, totalizando 98 páginas, a saber: 1) o pedido (fls. 5-8)¹e 2) o deferimento de instauração do inquérito (fls. 8-10); 3) considerações críticas sobre a denúncia (fls. 11-22); 4) análise sobre o tipo penal imputado (fls. 23-38); 5) análise da gravação e dos laudos

¹ As folhas mencionadas neste subtítulo referem-se à paginação original da defesa apresentada pelo acusado.



(fls. 38-51); 6) ilicitude decorrente de gravação ambiental clandestina (fls. 51-71); 7) conteúdo da conversa gravada (fls. 71-74); 8) reflexos da ilicitude no conjunto probatório (fls. 75-80); 9) o questionário elaborado pela Polícia Federal e não respondido pela defesa (fls. 80-86); 10) ausência da conexão com a operação "Lava Jato" (fls. 86-92) e 11) considerações sobre delação premiada (fls. 93-98).

Em anexo, constam dezesseis documentos, dentre os quais doze artigos de imprensa; um parecer de lavra da professora Ada Pellegrini Grinover, em resposta à consulta formulada pelo advogado do acusado; e três decisões proferidas pelo Ministro Edson Fachin no Supremo Tribunal Federal.

No item primeiro, denominado "Pedido de Instauração das Investigações" (fl. 5), aduz a defesa que, desde o seu nascedouro, a denúncia em análise "apresenta-se inconsistente, frágil, desprovida de força probatória" apta a possibilitar que a Câmara dos Deputados "conceda a necessária autorização para gerar um processo penal" (fl. 5). O Ministério Público teria antecipado a persecução criminal para analisar fatos de ocorrência incerta e hipotética, fundado em *notitia criminis* deficiente e omissa, promovendo investigações açodadas que não corroboraram as suspeitas levantadas, e produzindo um conjunto probatório frágil, que não serviria para autorizar mesmo a abertura de inquérito.

No item segundo, "Decisão de Instauração do Inquérito" (fl. 8), a defesa destaca que, na autorização para a abertura das investigações, o Ministro Fachin ressaltou que tal providência não implica "qualquer responsabilização do investigado", devendo ser observadas as "garantias processuais constitucionais" (fl. 9). Para o acusado, o Ministério Público não foi capaz de observar essas ressalvas, e "as investigações da autoridade policial tentaram desviar os seus rumos para temas estranhos ao exercício do mandato" (fl. 9).



No item terceiro, “Considerações Críticas Sobre a Denúncia” (fl. 11), afirma o acusado que a peça acusatória “contém uma imputação carente de apoio probatório” (fl. 11). Tal fato revela-se ainda mais evidente quando o acusado é o mais alto dignitário da República, cuja acusação demandaria “redobrado sentido analítico e de valoração de provas por parte das autoridades antes de denunciar”. O *Parquet* federal teria assim formulado “assertivas gratuitas, jogadas ao léu, fruto de admirável esforço intelectual para a criação ficcional”, com o objetivo expresso de imputar ao Presidente condutas inexistentes. A adoção desse método teria “por escopo suprir as carências e as deficiências probatórias de uma acusação” (fl. 13). Notadamente, afirma a defesa, a gravação que serviu de fundamento principal da acusação constituiria prova ilícita, adulterada e desprovida de conteúdo incriminador.

No item quarto, “A Acusação de Corrupção Passiva” (fl. 23), a defesa alega “a manifesta inépcia da denúncia e a flagrante falta de justa causa ante a ausência de elementos mínimos para a admissão de uma acusação contra o Presidente da República”, violando o art. 41 do Código de Processo Penal.

No caso, o órgão acusador “se eximiu de descrever as condutas e a participação do Sr. Presidente da República na ocorrência do pretendo delito de corrupção passiva que o deu como incurso”. O Presidente Michel Temer estaria assim sendo acusado tão somente por Rodrigo Loures ser “homem de sua total confiança”, ou apenas porque conversou com Joesley Batista em “encontro noturno e secreto” no Palácio do Jaburu. Ou, ainda, estaria sofrendo os dissabores de uma denúncia exclusivamente em razão de ser o Presidente da República, em uma verdadeira manifestação política contra os seus ideais de governo. Trata-se, no caso, de “atribuir objetivamente a Michel Temer o delito pelo qual fora denunciado sem se preocupar com a descrição adequada, suficiente e pormenorizada das respectivas condutas imputadas”, sem



“nenhuma prova sequer indiciária de que tenha ele praticado qualquer ilícito” (fl. 28).

Outrossim, prossegue a defesa, a denúncia teria se pautado apenas em declarações de colaboradores, violando diretamente o § 16 do artigo 4º da Lei nº 12.850/13, que dispõe que *“nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador”*. A consequência seria, portanto, o desmoronamento de toda a acusação, “como se um castelo de cartas fosse” (fl. 29).

De outra parte, o acusado destaca que a denúncia possui “viés nitidamente seletivo, pois omitiu importantes elementos de prova que demonstram não ter havido o cometimento de nenhum crime por parte de Michel Temer”. A peça acusatória teria desconsiderado “depoimentos colhidos nos autos de inquérito e que foram amplamente mencionados pelos Relatórios da Polícia Federal no sentido de afastar eventual responsabilidade penal do Sr. Presidente da República, ou de quem quer que seja, pelo suposto cometimento do delito de corrupção passiva” (fl. 31). Nesta categoria estariam inclusos os depoimentos de José Marcelo Martins Proença, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, Eduardo Frade Rodrigues, Kenys Menezes de Machado e o próprio relatório da Polícia Federal.

Finalmente, não haveria na peça acusatória *“o mais tênue sinal, nem a mais débil sugestão acerca de qualquer contraprestação, consistente em uma sua atribuição funcional, oferecida por Michel Temer, como moeda de troca para obter o indigitado valor apontado na exordial”* (fl. 37). Por essa razão, a denúncia careceria de justa causa para sua admissão e prosseguimento, por falta de um dos elementos do tipo penal: o ato de ofício. Tampouco haveria prova concreta do recebimento de valores pelo Presidente da República.



No quinto item, “Falta de Autenticidade da Gravação” (fl. 38), com base em análise do perito Ricardo Molina, o acusado argui que “não há como se estabelecer um parâmetro de confiabilidade para o áudio apto a justificar sua utilização como prova em uma ação penal que, além de vedar o recurso a provas ilícitas, tem como meta o esclarecimento da verdade real, verdade esta que seria ferida de morte em caso de eventual edição do áudio” (fl. 39). Segundo o perito, a gravação de Joesley Batista possui pontos de edição, é de má qualidade, foi realizada por aparelho de baixa qualidade e está repleta de ruídos (fls. 40-41), prejudicando a análise do conteúdo da conversa. “Em síntese”, conclui o acusado, “os impedimentos técnicos decorrentes da pouca qualidade do aparelho e da gravação propriamente dita não permitem aferir a integridade do áudio com a certeza necessária para sua utilização como prova” (fl. 42).

Em apoio a essa posição, mencionam-se ainda diversos laudos e opiniões técnicas no mesmo sentido reportados pelos jornais Folha e Estado de S. Paulo, pela Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, pelo Instituto Brasileiro de Peritos e pelo Instituto Nacional de Criminalística (fls. 44-51).

No item sexto, “Ilícitude Decorrente de Gravação Ambiental Clandestina”, argui-se a inadmissibilidade da aceitação de prova ilícita no processo penal, com fundamento no art. 5º, LVI da Constituição Federal (fl. 51). Com apoio na doutrina e na jurisprudência, a defesa sustenta que provas obtidas sem a observância das garantias constitucionais ou em contrariedade a normas legais não podem ser admitidas no processo.

De outra parte, haveria violação às garantias constitucionais da intimidade e da vida privada (CF, art. 5º, X), já que a gravação de Joesley Batista foi feita de forma clandestina, sem aquiescência ou conhecimento do



Presidente da República (fl. 53). Para o acusado, “trata-se de uma prova obtida mediante procedimento espúrio e desleal, no qual aquele que realiza a gravação pode até incitar o outro a se manifestar sobre a questão de seu interesse. Por esses motivos, deve ser considerada como prova ilícita” (fls. 54-55).

A defesa busca contraditar posição do Supremo Tribunal Federal contrária às suas teses, mediante a juntada de parecer de lavra da professora Ada Pellegrini Grinover (doc. 07). Nesse documento, a reputada processualista conclui que a gravação de Joesley Batista, feita “por motivo torpe, no único intuito de prejudicar o interlocutor, é ilícita”, assim como “a divulgação da conversa, sem justa causa”, não podendo ser considerada como prova (doc. 07, fl. 22).

Finalmente, prossegue a defesa, teria havido violação das garantias constitucionais do silêncio, contra a autoincriminação e do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV e LXIII) (fl. 65). Notadamente, a inconstitucionalidade ocorreu porque “a utilização de um agente provocador [no caso, Joesley Batista] configura um meio enganoso de obtenção de prova por desrespeitar a dignidade da pessoa humana e a sua capacidade de determinação, de vontade e de avaliação das circunstâncias” (fl. 66).

No item sétimo, “O Conteúdo da Conversa Gravada” (fl. 71), a defesa procura contraditar alegações da denúncia referentes ao teor da gravação que dá suporte a esta. Para o acusado, a gravação e as circunstâncias factuais não autorizam a conclusão de que este tinha “ciência de que os assuntos a serem tratados [com Joesley Batista] seriam escusos” (fl. 72), ou de que Rodrigo Loures seria um interlocutor designado pelo Presidente da República para tais tratativas ilícitas (fl. 74).



No item oitavo (fl. 75), “Reflexos da Ilícitude no Conjunto Probatório”, a defesa aborda os reflexos da prova colhida ilegalmente naquelas que dela decorrem diretamente, defendendo a aplicação da teoria norte-americana dos “frutos da árvore envenenada” (fl. 75). Para o acusado, “levando em consideração que sem a gravação clandestina nem o Inquérito Policial teria sido instaurado, não é possível que seja presente ação penal admitida, uma vez que todo o procedimento está contaminado pela prova ilícita que deu origem a todas as medidas tomadas a partir de então pela Procuradoria-Geral da República” (fl. 79).

No item nono, “Impropriedade das Questões Formuladas pela Autoridade Policial” (fl. 80), a defesa aduz que as perguntas formuladas ao Presidente da República pela Polícia Federal não foram respondidas “pelo seu caráter arrogante, evasivo, desrespeitoso, verdadeiro acinte à sua dignidade pessoal e ao cargo que ocupa, além de atentar contra dispositivos legais, bem como contra direitos individuais, inseridos no texto constitucional” (fls. 81). Mais importante, o acusado considera que foram feitas perguntas “visivelmente estranhas aos fatos narrados no inquérito”, sem limites pré-estabelecidos, sendo que o inquérito passou a investigar “uma pessoa, não os fatos supostamente criminosos” (fl. 84).

No item décimo, “Ausência de Conexão com a Operação Lava Jato” (fl. 86), argui o acusado que os fatos abordados não guardam nenhuma correlação com a Petrobras e, conseqüentemente, nenhuma conexão com a chamada “Operação Lava-Jato”. Segundo ele, o pedido de abertura do inquérito contra o Presidente da República deveria ter sido enviado ao Plenário do Supremo Tribunal Federal, e não decidido monocraticamente pelo relator, em razão da estatura do cargo do investigado (fl. 88).

Outrossim, prossegue o acusado, “deveria ter sido aplicada a regra geral



da distribuição livre - corolário da garantia constitucional do Juiz Natural (artigo 5º,XXXVII e LIII, CF), além de estar expressamente prevista no Código de Processo Civil (artigos 284 e 285), aqui aplicado subsidiariamente, no Código de Processo Penal (artigo 75) e no artigo 66 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal” (fl. 89).

Finalmente, o pedido de reconhecimento da conexão do inquérito com a "Operação Lava-Jato", realizado pelo Procurador-Geral da República, “funda-se em interpretação indevidamente expandida” da legislação de regência, já que “eventuais e frágeis conexões fáticas não podem ser consideradas conexões nos termos legais a autorizar a prorrogação de competência” (fl. 90).

O item final da peça da defesa, “Considerações Sobre Delação Premiada” (fl. 93), tece considerações gerais e específicas sobre a delação premiada. Na avaliação do acusado, esse instituto, trazido do direito norte-americano, “não recebeu no Brasil adequada normatização que o adaptasse aos nossos princípios constitucionais”, importando em “derrogação de princípios básicos de nossa jurisdição penal” com a “aplicação de sanção penal sem processo”. Em consequência, os princípios constitucionais do contraditório, da obrigatoriedade da ação penal, da presunção de inocência, do devido processo legal e da ampla defesa constituiriam letra morta (fl. 94).

Em conclusão final, a defesa afirma que a acusação carece de fundamento sólido, baseando-se em prova ilícita, cujo conteúdo não traz nenhum indício sério, e cuja nulidade contamina todo o conjunto probatório. Outrossim, a peça acusatória teria omitido expressamente provas que exculpariam o acusado. Solicita-se, por conseguinte, que a Câmara dos Deputados “não conceda autorização para que o Colendo Supremo Tribunal Federal processe o Presidente da República, pois prevalecerá o discernimento, o senso de justiça e o patriotismo” dos nobres Deputados (fl. 98).



II- VOTO DO RELATOR

EMINENTES SENHORES E SENHORAS, DEPUTADOS E DEPUTADAS FEDERAIS

Nos termos do artigo 51, I, e 86 da Constituição Federal e artigo 217, II, do Regimento Interno, compete a Câmara dos Deputados, ouvida a CCJC, DEFERIR ou não o pedido de AUTORIZAÇÃO para instauração de processo criminal, contra o Presidente, nas infrações penais comuns, *verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados;

I – autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado. “

“Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.”

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Art. 217. A solicitação do Presidente do Supremo Tribunal Federal para instauração do processo, nas infrações penais comuns, contra o Presidente e o Vice- Presidente da República e os Ministros de Estado será recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, que notificará o acusado e despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, observadas as seguintes normas.

(...)



II – A Comissão proferirá parecer dentro de cinco sessões contadas do oferecimento da manifestação do acusado ou do término previsto no inciso anterior, **concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido.**”

II.1- AFIRMAÇÃO NECESSÁRIA

Por ser a primeira vez na história que o comando constitucional, bem como as normas regimentais serão aplicadas, tendo em vista a confiança em mim depositada, pelo Presidente desta Comissão, o Eminentíssimo Deputado Federal Rodrigo Pacheco, entre tantos e tão valorosos Deputados e Deputadas que compõem a CCJC, escolhendo-me Relator, procurei elaborar este parecer buscando a melhor interpretação aos textos citados, bem como aos demais princípios de Direito aplicáveis à hipótese, baseando-me também na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Isso, visando compartilhar, o que faço neste momento, e contribuir para que Vossas Excelências possam aprová-lo ou não, decidindo a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre a matéria.

II.2- AFIRMAÇÃO IMPERIOSA

Necessário ressaltar que numa denúncia criminal comum, com base em indícios, seu acolhimento não gera efeito imediato a não ser o denunciado transformar-se em réu. Já no caso de uma denúncia contra o Presidente da República, o seu recebimento enseja a suspensão de suas funções, por comando constitucional.



O que significa dizer, que neste caso, o que está em discussão não é só o direito individual do Presidente, mas também a Presidência da República, daí a necessidade de se fazer uma análise criteriosa do conjunto de indícios colhidos no Inquérito em que se baseia a denúncia.

MAS AQUI NÃO CONDENAMOS OU ABSOLVEMOS OS DENUNCIADOS, APENAS ADMITIMOS OU NÃO A ACUSAÇÃO (artigo 86, *caput*, da Constituição Federal), e deferindo ou não autorização para instauração do respectivo processo.

II.3- O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Vale repetir que, a tramitação foi regular, houve o oferecimento da denúncia pelo Procurador Geral da República formulada perante o Supremo Tribunal Federal tendo o Relator designado, o Senhor Ministro Edson Fachin, determinado a remessa a esta Casa Legislativa de cópia integral do processo por intermédio da Presidência do STF à Presidência da Câmara dos Deputados, que a enviou a CCJC.

Dentro do prazo regimental foi apresentada a defesa pelo Senhor Presidente da República, através de seu advogado devidamente constituído.

É certo também que dentro do prazo facultado a este Relator está sendo apresentado o presente voto.

Da decisão do Ministro Edson Fachin que determinou a remessa a esta Casa Legislativa, no que interessa ao presente julgamento, transcreve-se:

“Como se sabe, dadas as magnânimas funções da Presidência da República, instituição à qual, num regime de governo presidencialista, compete, a um só tempo, a Chefia de Governo e a Chefia de Estado, a



Constituição Federal condiciona a instauração de processo penal por crime comum contra seu titular **a um duplo juízo de admissibilidade.**

Nessa toada, **a Câmara dos Deputados realiza um juízo predominantemente político de admissibilidade da acusação,** enquanto compete ao Supremo Tribunal Federal um juízo técnico-jurídico. **O juízo político a ser efetivado pela Câmara dos Deputados, deve preceder à análise jurídica por parte do Supremo Tribunal Federal, porque, como visto, assim o determina a correta interpretação da Carta Magna.**

A despeito de eventual interpretação que pudesse potencializar a literalidade da expressão constitucional do art. 51, I, da Constituição Federal, o qual aparenta condicionar a manifestação da Câmara dos Deputados apenas à “instauração do processo”,

o que, do ponto de vista da teoria da relação jurídica, ocorreria somente com a citação, ao que tudo indica, a teleologia da norma constitucional em questão é outra.

Isso exsurge claro da dicção do art. 86, caput, da Constituição da República quando **impõe à Câmara dos Deputados, também, fazer um juízo de admissibilidade da denúncia, nos seguintes termos:** “admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade” (g.n.).

Nessa linha, somente após a autorização da Câmara dos Deputados é que tem cabimento dar sequência à persecução penal no âmbito do Supremo Tribunal Federal, conclusão que ressaí cristalina quando se atenta para a redação do art. 86, §1º, I, da



Constituição Federal, o qual determina o afastamento do Presidente da República das suas funções “se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal”.

A realização de um juízo de admissibilidade, pelo Supremo Tribunal Federal, prévio ao da Câmara dos Deputados, implicaria admitir que a Constituição teria imposto ao Presidente da República a necessidade de enfrentar o juízo predominantemente político, a ser realizado pela Câmara dos Deputados, fora do exercício de suas funções.

Concepção tal, ademais, teria o condão de, eventualmente, aniquilar o próprio escopo protetivo da Presidência da República buscado pela Constituição ao submeter a acusação por crime comum a um juízo prévio, predominantemente político, a ser realizado pelos senhores Deputados Federais.

Afinal, condicionando o processamento do Presidente da República à autorização da Câmara dos Deputados, tem a Constituição, justamente, a finalidade de proteger a soberania do voto popular, impondo que, quem fora eleito pelo sufrágio, só seja afastado do exercício de seu mandato com a autorização dos representantes do próprio povo. Essa é a razão, também, pela qual a Constituição Federal elegeu a Câmara dos Deputados para realizar esse juízo político, eis que se trata da Casa do Congresso Nacional tradicionalmente associada à representação do povo. É um imperativo constitucional próprio das democracias.

Vê-se, assim, que a **Câmara dos Deputados realiza um juízo de admissibilidade “predominantemente político”, não excluída a análise jurídica.**

Com efeito, afirma a defesa que é manifestamente inepta a denúncia e flagrante a falta de justa causa ante a ausência de elementos mínimos para



admissão de uma acusação contra o Presidente da República.

Com todo respeito que merece o Eminentíssimo patrono subscritor da defesa, com Sua Excelência não posso concordar.

II.4- A DENÚNCIA NÃO É INEPTA

NARRATIVA FORTE

A Procuradoria-Geral da República ofereceu denúncia imputando a MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, e a RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, a prática de crime previsto pelo artigo 317, caput, combinado com o artigo 29, do Código Penal. Crime grave!

Por ora, o que temos são indícios de autoria, o que, a meu sentir, enseja o deferimento de autorização. Desde logo vale salientar que qualquer denúncia parte dos fatos disponíveis sobre a suposta prática de ato delituoso, cuja verdade real será revelada após o fim da instrução criminal, garantido o amplo direito de defesa e o contraditório, com a produção de todas as provas em direito admitidas.

A questão sobre a qual me debrucei, principalmente, não foi acerca da existência ou não de elementos robustos e indiscutíveis para condenar o presidente Michel Temer. Limitei-me, tão somente, a examinar se há INDÍCIOS SUFICIENTES para o recebimento da Denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República.

As provas concretas, e necessárias para uma condenação, são obrigatórias apenas ao final da tramitação do processo, quando do encerramento da obrigatória instrução processual. Mas, para o recebimento da denúncia, bastam os indícios suficientes da autoria e da materialidade.

É preciso apurar acerca da gravação feita por Joesley Batista, dono da



JBS, que revela fatos graves, e que teve acordo de delação premiada homologado pelo Supremo Tribunal Federal. É um indício!

É preciso apurar o envolvimento do Presidente Temer no suposto recebimento de R\$ 500 mil, com envolvimento do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures, também denunciado no mesmo inquérito que o Presidente. Outro indício!

É preciso apurar a regularidade do encontro do Presidente Temer com Joesley em horário inconveniente, e a posterior entrega da mala com o valor acima referido. Outro indício!

Da gravação é preciso descortinar se o seu conteúdo, e os diálogos que ela contém, são verídicos, para que possam se transformar em provas concretas. Por ora temos indícios, que são sérios o suficiente para ensejar o recebimento da Denúncia.

Mas, só ao final da instrução processual, com direito à ampla defesa e ao contraditório, é que os indícios, transformados - ou não - em provas concretas, poderão vir a comprometer - ou não - o Presidente da República, e ligá-lo - ou não - a alguma prática delitiva.

Estamos diante de indícios suficientes de autoria e materialidade, e por tudo o que vimos e ouvimos, "não é" fantasiosa a acusação. É o que temos o dever de apurar!

Insistindo, a conduta caracterizadora da figura penal consistiria no recebimento da vantagem indevida de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), "por intermédio de Rodrigo Santos da Rocha Loures", "ofertada por Joesley Mendonça Batista, proprietário do Grupo J&F, tendo sido a entrega dos valores realizada por Ricardo Saud, executivo do grupo empresarial".

Ora, são várias pessoas envolvidas, e elas têm que ser ouvidas, e sem o



devido processo legal isto não poderá acontecer.

Tantos indícios não podem, simplesmente, ser ignorados!

Eminentes Pares, a presente acusação contra o Presidente Michel Temer é grave, e ela não se apresenta inconsistente, frágil e desprovida de força probatória aptas a possibilitar que nossa Egrégia Casa Legislativa denegue a necessária autorização para que se instaure um processo penal.

Em face de suspeitas, e de eventuais ocorrências criminais, não podemos silenciar!

Estamos tratando, tão somente, de um pedido que visa admitir ou não a acusação, deferir ou não autorização para instauração de processo.

É necessária a apuração de fatos sob suspeição, o que não é nada além de se investigar fatos que serão ou não comprovados. Será este o ônus do MPF, que se desincumbirá ou não de sua precípua missão. Mas, para tanto, necessário a Câmara dos deputados admitir a acusação e deferir autorização para instauração do processo.

Neste caso se afigura impossível a não apuração dos fatos, haja vista a existência dos elementos objetivos e da tipicidade da conduta. Na denúncia há a descrição dos fatos com todas as suas circunstâncias, o que preenche o que consta do artigo 41 do CPP, e que torna inviável a não autorização.

Estão demonstrados, na denúncia, indícios suficientes de autoria e a materialidade do delito, com preenchimento dos requisitos constantes do artigo acima referido, impondo-se a autorização, mormente em face da prevalência, nessa fase processual, do princípio *in dubio pro societate*.

Tudo nos leva a conclusão de que, no mínimo, existem sólidos indícios



da prática delituosa.

Segundo se extrai do dicionário jurídico de Maria Helena Diniz, 2ª edição, Saraiva, pag. 954, “*Indício. Direito processual Penal. Vestígio que constitui princípio de prova necessário para chegar-se ao conhecimento do fato delituoso, esclarecendo a verdade.*”

Ao julgar Recurso em Habeas Corpus Nº 16.886 – SP – o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Felix Fischer, que se aplica analogicamente, citando Julio Fabrini Mirabete, consignou em seu voto:

“Arremata a lição, Julio Fabrini Mirabete, pontificando que a sentença de pronúncia, portanto, como decisão sobre a admissibilidade da acusação, constitui juízo fundado de suspeita, não o juízo de certeza que se exige para a condenação. Daí a incompatibilidade do provérbio *in dubio pro reo* com ela. É a favor da sociedade, que nela se resolvem as eventuais incertezas propiciadas pela prova. (Processo Penal, 2º Ed. Pag. 466)” (STJ - Recurso em Habeas Corpus Nº 16.886 – SP – Relator: Ministro do Felix /Fischer, QUINTA TURMA, julgado em 01/07/2005)

II.5- QUANTO A DEFESA

A AUTENTICIDADE E A LICITUDE DA PROVA

Sustenta a defesa que falta autenticidade à gravação (fl. 38) e que a mesma seria ilícita.

Sobre a autenticidade, com a devida vênia, indícios fortíssimos existem, pois o próprio Presidente da República, salvo melhor juízo, a reconheceu em pronunciamento em rede nacional. Mas não é só.



O Supremo Tribunal Federal já decidiu desde 1997, ou seja, há duas décadas, **que é lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada** por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro.

Há um longo elenco de precedentes do STF nesse sentido, que culminaram no julgamento da REPERCUSSÃO GERAL POR QUESTÃO DE ORDEM EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO 583.937 – MINISTRO RELATOR CEZAR PELUSO, onde definitivamente ficou assentado:

“AÇÃO PENAL. PROVA. Gravação ambiental. Realização por um dos interlocutores sem conhecimento do outro. Validade. Jurisprudência reafirmada. Repercussão geral reconhecida. Recurso extraordinário provido. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC. É lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.”

Assim, não há que se falar em falta de autenticidade da gravação bem como em ilicitude da prova.

II.6- QUANTO A NÃO VIOLAÇÃO DA INTIMIDADE

Com todo o devido respeito a figura do Presidente da República, **NÃO HOUVE QUALQUER VIOLAÇÃO DE SUA INTIMIDADE**, como sustentado em sua defesa.

O Presidente atendeu ao interlocutor Joesley Batista por livre e espontânea vontade. Recebeu o interlocutor Joesley Batista na qualidade de Presidente da República em sua residência oficial.



Mais, recebeu no exercício do cargo e para tratar de assuntos públicos, não republicanos e sobre a política nacional.

Nessas circunstancias, não há nenhum valor ligado a intimidade da pessoa natural do Presidente a ser preservado, sendo o conhecimento das informações de evidente interesse público.

Só para exemplificar, tivesse o Presidente recebido um amigo seu de Tietê, sua cidade natal, para tratar de assuntos familiares, em sua residência particular, aí sim, em tese, haveria tal violação.

Mas como visto, e amplamente divulgado pelos órgãos de informação, de acordo com o princípio constitucional do direito/ dever de informar, nos termos dos artigos 5ª, incisos IV, IX e XIV e 220 da CF, não foi isso o que se passou.

O Presidente da República recebeu Joesley Batista no Palácio Jaburu, residência oficial, tendo o ingresso sido feito sem a devida, necessária e mesmo obrigatória identificação, usando Joesley o nome de Rodrigo para, na garagem, tratar de assunto público, e não privado.

Assim, não há o que se falar em violação de sua intimidade.

Segundo Alexandre de Moraes, *in* Constituição do Brasil interpretada e Legislação Constitucional, Prefácio, Ministro Celso Melo, edição , 2ª tiragem, fl. 224, "***Os direitos a intimidade e a própria imagem formam a proteção constitucional à vida privada, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas***".

Já o professor Jose Afonso da Silva *in* Comentário Contextual à Constituição, editora Malheiros, fl. 110, ensina que "***A esfera de inviolabilidade assim, é ampla 'abrange o modo de vida doméstico, nas***



relações familiares e afetivas em geral, fatos, hábitos, local, nome e imagem pensamentos segredos e bem assim, as origens e planos futuros do indivíduo.”

II.7- DA JUSTA CAUSA PARA O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA

PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*

O “princípio” do *in dubio pro societate* nos orienta no sentido de que, em determina fase do processo penal, como no oferecimento da denúncia, deve-se inverter a lógica que usualmente adotamos, que é aquela no sentido de que a dúvida deve favorecer o réu, e não a sociedade.

Em sendo assim, ao receber os autos do inquérito policial, por exemplo, e **havendo dúvida e indícios mínimos que possam fundamentar a instauração da ação penal**, devemos, respeitado aqui o hoje imprescindível e inatacável princípio do *in dubio pro societate*, deferir o pedido de autorização.

Não podemos mais ignorar o papel da sociedade, e da ampla defesa desta. Estamos diante de uma futura apuração, de uma investigação, e neste momento, imprescindível que seja respeitado o Princípio do *in dubio pro societate*, haja vista dispormos de indícios mínimos que fundamentam a instauração de um processo.

Neste caso, a denúncia vem embasada em elementos que indicam que, ao menos em tese, pode ter ocorrido o crime (materialidade), e pode ser o acusado seu autor (autoria).

O art. 396, III, do Código de Processo Penal, estabelece que a denúncia, ou a queixa, só será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal. Justa causa, para a doutrina e jurisprudência pátrias, **é a presença**



de indícios mínimos que possam fundamentar a instauração da ação penal.

A lição de Tourinho Filho é neste sentido:

*“É indispensável que haja, nos autos do inquérito ou peças de informação, ou na representação, elementos sérios, sensatos, a mostrar que houve uma infração penal, **e indícios mais ou menos razoáveis de que o seu autor foi a pessoa apontada**”.* Tourinho Filho, Fernando da Costa, *Código de Processo Penal*, grifamos.

Havendo elementos sérios, sensatos, e indícios razoáveis, não existe espaço para se falar em dúvida. Necessário se dizer que é do interesse da sociedade que alguém seja processado criminalmente.

Pois bem. Embora evidente, relevante ressaltar que a finalidade da autorização da Câmara dos Deputados é permitir que o Supremo Tribunal Federal exerça, em um juízo técnico-jurídico, o recebimento, ou não, da denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República.

Logo, reafirmando o que dissemos acima, o que se deve analisar é se os fatos narrados na denúncia indicam a existência de indícios mínimos de materialidade do crime e autoria. **Em outras palavras, neste momento processual não se exige a prova cabal e inquestionável da prática de um crime.**

Sim, pois, neste momento em que se analisa a autorização, repete-se à exaustão, vige o princípio “*in dubio pro societate*”, ou seja, na dúvida autoriza-se para que a sociedade possa conhecer o processo e acompanhar a dilação probatória. Logo, presentes no caso em tela os indícios da autoria de um crime, a denúncia tem que ser recebida. Vale citar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:



“Assim, se não se comprovar, de plano, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria e materialidade, indispensável é a continuidade da persecução criminal. Esse momento processual é regido pelo princípio *in dubio pro societate*. Os precedentes desta Corte são inúmeros: HC 93.224/SP, rel. min. Eros Grau, 2ª Turma, unânime, DJ 5.9.2008; HC 91.603/DF, rel. min. Ellen Gracie, 2ª Turma, unânime, DJ 26.9.2008; HC 98.631/BA, rel. min. Carlos Britto, 1ª Turma, maioria, DJ 1º.7.2009; e HC 95.761/PE, rel. min. Joaquim Barbosa, 2ª Turma, unânime, DJ 18.9.2009.” (HC 127007 – Rel. Gilmar Mendes – j. 15.12.2015)

“Finalmente, deve-se mencionar que, na fase de pronúncia, vigora o princípio do *in dubio pro societate*, segundo o qual somente as acusações manifestamente improcedentes não serão admitidas. O juiz verifica, nessa fase, tão somente, se a acusação é viável, deixando o exame apurado dos fatos para os jurados, que, no momento apropriado, analisarão a tese defensiva sustentada nestes autos.” (HC 13206 – Rel. Min. Carmem Lúcia – j. 29.03.2016)

“Assim, mantenho-me fiel à jurisprudência já consolidada nesta Corte, no sentido de ser o trancamento de ação penal medida reservada a hipóteses excepcionais, como ‘a manifesta atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade do paciente ou a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas (HC 91.603/ DF, Rel. Min. Ellen Gracie). Não me parece ser este o caso dos autos sob exame. Ademais, a análise da conduta de cada acusado constitui matéria probatória a ser apreciada pelo juiz natural da causa no curso da ação penal, não sendo possível, nesse momento processual, em que a dúvida milita *pro societate*, afastar de plano a responsabilidade dos paciente.” (HC 97.675 – Rel. Min. Ricardo Lewandowsk – j. 10.11.2009)



É certo que, durante a instrução penal, provas deverão ser produzidas para melhor esclarecer os fatos. Porém, para que isso aconteça e a sociedade possa saber a real responsabilidade dos denunciados, torna-se imperiosa a autorização.

Por fim, à luz da jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal, acima destacada, não restam dúvidas de que qualquer decisão contrária ao recebimento da denúncia implicaria prematura interrupção do curso de um processo no qual os elementos trazidos aos autos evidenciam a necessidade de uma resposta institucional do Estado Brasileiro.

III- CONCLUSÃO

Tenho convicção de que o arquivamento sumário das graves acusações feitas pela Procuradoria Geral da República e das graves revelações feitas no inquérito da Polícia Federal, sem que sejam devidamente aprofundadas e analisadas, não restabeleceria ao Governo o vigor necessário para sairmos desta crise.

Ao contrário: impedir o avanço das investigações e seu devido julgamento seria ampliar perigosamente o abismo entre a sociedade e as instituições que a representam.

Portanto, recomendo aos colegas desta Egrégia Comissão e, em última análise, ao Plenário da Câmara dos Deputados, o deferimento de autorização, com a tranquilidade de que este caminho não representa qualquer risco ao Estado Democrático de Direito, até porque a Constituição da República Federativa do Brasil indica, claramente, a solução para as conseqüências decorrentes de tal hipótese.

Na verdade, o que temos aqui é o pleno funcionamento dos mecanismos



que a Constituição Federal prevê para uma crise desta magnitude, sem manobras e arremedos que signifiquem o enfraquecimento de nossas instituições.

Todos os requisitos formais e legais exigidos para deferimento foram atendidos. A oportunidade para que se exerçam os direitos fundamentais do contraditório e da ampla defesa estará assegurada no efetivo julgamento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.

IV- DECISÃO

SÃO ESSAS AS RAZÕES PELAS QUAIS, INVOCANDO OS ÁUREOS E DOUTOS SUPLEMENTOS DE VOSSAS EXCELÊNCIAS, EMINENTES DEPUTADOS E DEPUTADAS FEDERAIS, VOTO PELA ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO E PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DE PROCESSO, POR CRIME COMUM, CONTRA O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA.

SERGIO ZVEITER
Deputado Federal